



BAHIA

SINDFORTE-RN, SANDRO PIMENTEL, E VIGILANTES DO RN COMEMORA MAIS UMA CONQUISTA



Numa vitória dos vigilantes do Rio Grande do Norte, vitória do Mandato do Vigilante Deputado Sandro Pimentel, vitória do SINDFORTE, do presidente Marcio Figueiredo e sua diretoria, conquista essa reconhecida e sancionada pela Governadora Fatima Bezerra, o projeto 0015/2019, transformada em Lei 10.582/19, esse importante projeto com certeza abraça centenas de vagas para os vigilantes "SGE", além de disciplinar uma atividade tão importante para sociedade do RN, pois o grande desafio do SGE, sempre será de garantir a integridade física da sociedade como um

todo, papel esse reconhecido pela FIFA NA COPA DO MUNDO, realizada no Brasil, não temos dúvidas que hoje é um dia para se comemorar e marcar em nosso calendário como um dia histórico para os vigilantes do RN, e do Brasil, agradecemos ao mesmo tempo que registramos a importância do Mandato Popular Vigilante e de Esquerda nas casas legislativas, em nome do SINDFORTE-RN, o dos vigilantes compartilhando da alegria e dessa conquista com nosso Vigilante e Deputado Sandro Pimentel.

Fonte: Sindforte RN

CCJ aprova reforma da Previdência

Foi aprovado o relatório do senador Tasso Jereissati à reforma da Previdência (PEC 6/2019). O texto agora segue para análise no Plenário do Senado



Após mais de nove horas de reunião, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, nesta quarta-feira (4), o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à reforma da Previdência (PEC 6/2019). O texto segue para análise no Plenário do Senado. A expectativa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é que a votação da proposta seja concluída até 10 de outubro. Foram 18 votos favoráveis e 7 contrários ao texto-base da proposta que altera as regras de aposentadoria.

Entre outros pontos, a reforma da Previdência aumenta o tempo para se aposentar, eleva as alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS (hoje em R\$ 5.839) e estabelece regras de transição para os atuais assalariados.

A principal mudança prevista na PEC é a fixação de uma idade mínima (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) para servidores e trabalhadores da iniciativa privada se tornarem segurados após a promulgação

das mudanças. Além disso, estabelece o valor da aposentadoria a partir da média de todos os salários, em vez de permitir a exclusão das 20% menores contribuições.

A aprovação da PEC na CCJ veio depois que senadores fecharam um acordo nesta terça-feira (3) para acelerar a tramitação da PEC paralela da reforma da Previdência. A PEC paralela é uma forma de evitar a volta da reforma da Previdência para a Câmara, o que ocorreria se houvesse mudanças feitas pelo Senado. O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), manteve a essência do texto que veio da Câmara, apenas com algumas emendas de redação e supressões de dispositivos, como o do Benefício da Prestação Continuada (BPC) e da pensão por morte, alterações que não resultam em nova análise da PEC pelos deputados.

O objetivo do governo com a reforma da Previdência é reduzir o rombo nas contas públicas. A estimativa do relator é que o impacto

fiscal total da aprovação da PEC 6/2019, com as novas mudanças, e da PEC paralela, chegará a R\$ 1,312 trilhão em 10 anos, maior do que os R\$ 930 bilhões previstos no texto da Câmara, e maior do que o R\$ 1 trilhão que pretendia o governo federal inicialmente. Mas a PEC isoladamente vai representar uma economia de R\$ 870 bilhões para a União, segundo Tasso Jereissati, com base em estudos da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Mudanças em relação à Câmara

Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), nesta quarta-feira (4), sua complementação de voto. Ele rejeitou a maior parte das emendas apresentadas após a leitura de seu relatório que ocorreu no último dia 28, mas acatou uma mudança para suprimir do texto a possibilidade de a pensão por morte fosse inferior a um salário mínimo. O impacto será de R\$ 10 bilhões a menos de economia em 10 anos, o que segundo Tasso é um valor pequeno ao considerar que a medida vai impactar a vida das famílias mais pobres, que estão na “base da pirâmide”. A medida, sugerida na Emenda 483 e em outras emendas dos senadores, foi confirmada ao ser votada separadamente, como destaque.

— Acredito que, nestes termos, alcançamos a missão que o Senado Federal recebeu: exercer sua obrigação de Casa Revisora com atenção ao piso da pirâmide sem se esquecer da necessidade da busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial — afirmou.

Anteriormente, o senador havia proposto que essa questão fosse tratada na PEC paralela. Apesar de elogiar o trabalho do relator, o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), defendeu mudanças na pensão por morte. Segundo ele, apenas no Regime Próprio de Previdência Social, o gasto com pensões subiu de R\$ 15,3 bilhões para R\$ 135 bilhões entre 2000 e 2018.

— A última mudança do senador Tasso termina deixando intacta a questão da pensão por morte, não atendendo nem à proposta original do governo nem à proposta que veio da Câmara. Por isso é que eu coloco como debate essa questão de pensão por morte, que precisa ser revisitada — disse o líder do governo.

Tasso ainda acolheu outras mudanças como uma emenda de redação que acrescentou

os trabalhadores informais dentre os trabalhadores de baixa renda com direito ao sistema especial de Previdência.

BPC

Ao todo, senadores apresentaram 489 emendas à Proposta. O relator eliminou, por completo, qualquer menção ao Benefício da Prestação Continuada (BPC). Ou seja, as regras atuais ficam mantidas e esse benefício não passará a ser regulamentado pela Constituição.

Trabalhadores em profissões de risco

Tasso também suprimiu parte da regra de transição para os profissionais expostos a agentes nocivos, como os mineiros de subsolo, que elevava progressivamente os requisitos para que esses trabalhadores conseguissem a aposentadoria. Ainda fica valendo a regra de pontos, mas sem progressão. Essa mudança diminuiu o impacto fiscal da reforma em R\$ 6 bilhões.

Ainda foram eliminados do texto, trechos que poderiam impedir a criação da contribuição extraordinária cobrada dos servidores públicos, aposentados e pensionistas dos estados e municípios em caso de deficit. Exemplo disso, é a redação do artigo 149, que ficou sem a expressão “no âmbito da União” para evitar interpretações de que a contribuição só poderia ser cobrada pela União.

PEC paralela

Outras sugestões de mudanças apresentadas pelos senadores, que exigiriam alterações substanciais no texto, ficaram para a PEC paralela, uma forma de evitar a volta da reforma da Previdência para a Câmara.

Além da inclusão de estados e municípios, a PEC traz a cobrança de contribuições previdenciárias de entidades filantrópicas, do agronegócio exportador e do Simples, regime simplificado de tributação para pequenas empresas, entre outros pontos.

Destaques

A reunião começou pouco depois das 9h e a votação do texto base foi concluída às 16h56. Em seguida, os senadores passaram a analisar pedidos de votação em separado, que destacaram partes do texto do relatório. Uma das emendas destacadas, do PSD, sugeria a redução da idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens para, respectivamente 60 e 62 anos, mas a sugestão foi rejeitada. Segundo o

líder do governo, a idade mínima da PEC 6/2019 é o ponto crucial da proposta:

— A questão da idade mínima é ponto crucial dessa reforma da Previdência. Nas estimativas que foram feitas pela IFI (Instituição Fiscal Independente), a idade mínima representa mais de 60% da reforma da Previdência do ponto de vista do impacto fiscal — apontou Fernando Bezerra Coelho.

Também foram rejeitados, entre outros, um destaque que buscava manter o abono salarial para todos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos, e um que abrandava as regras para aposentadoria especial.

Votos em separado

Contrários ao texto do relator, os senadores Fabiano Contarato (Rede-ES), Weverton (PDT-MA), e Paulo Paim (PT-RS) apresentaram votos em separado. Nesses relatórios alternativos, os parlamentares manifestaram discordância em relação a diversos pontos da proposta como a alteração do cálculo dos benefícios, o aumento das alíquotas de contribuição, a redução do Abono do PIS/Pasep, entre outras. Fabiano Contarato considerou as mudanças feitas pelo relator insuficientes e sugeriu a supressão de outros pontos no voto em separado. Ele recomendou a aprovação da PEC 6/2019 com mais de 80 emendas apresentadas pelos senadores. Já Weverton e Paim, defenderam a rejeição integral da PEC 6/2019.

Debate

Durante a discussão da proposta, parte dos senadores se queixaram do andamento rápido da proposta no Senado e defenderam a prerrogativa dos senadores de alterarem o texto. Outros parlamentares defenderam o relatório de Tasso por encontrar soluções criativas para os pontos mais polêmicos e urgentes.

Fernando Bezerra Coelho avaliou que a aprovação da reforma da Previdência vai ajudar a melhorar o sistema fiscal e reforçou que a proposta busca fazer justiça com os mais pobres.

— O cenário não só econômico, mas também social irá melhorar nos próximos meses. Nós aqui testemunhamos ninguém aqui ousou discordar da necessidade da reforma da Previdência, o Brasil está envelhecendo rapidamente e é insustentável manter o sistema atual — defendeu.

Humberto Costa (PT-PE) e Rogério Carvalho (PT-SE) reconheceram que a inversão da pirâmide demográfica exige uma adaptação das regras previdenciárias, mas o que está em discussão na proposta, segundo eles, é um desmonte do sistema de proteção social. Para Humberto, o governo mente ao defender a proposta como um “combate aos privilégios”.

— Os que ganham até R\$ 1,3 mil por mês são os mais atingidos. O discurso de combate aos privilégios é conversa mole — criticou Humberto Costa.

O senador reforçou que a Câmara dos Deputados e o relator no Senado, Tasso Jereissati, trabalharam na “redução de danos” da proposta, mas enfatizou que a reforma não tem preocupação em viabilizar uma Previdência autossustentável e que tem, como único viés, uma política “fiscalista” para atacar os desequilíbrios da Previdência.

— A gente está tirando da boca e do bolso de quem ganha um, dois ou três salários mínimos. Esse discurso de ficar aqui simplesmente falando de milhões de reais, de que está reduzindo ou aumentando o déficit. Não se pensa nas pessoas — criticou o líder do PT.

“Soluções criativas”

Já Antonio Anastasia (PSDB-MG) avaliou que o relator foi criativo nas soluções encontradas no relatório e na proposta de PEC paralela.

— Tasso fez do limão uma limonada. Ele foi onde podia, no limite do esforço para fazer essa compatibilização com as circunstâncias que lhe foram dadas — avaliou.

Eduardo Braga (MDB-AM) também elogiou as novas mudanças feitas pelo relator ao acolher emendas de redação e emendas supressivas, entre elas, uma apresentada pelo senador para garantir que a pensão por morte não pode, em hipótese alguma, ser inferior a um salário mínimo. Ele também ressaltou que a reforma está sendo feita porque o Brasil precisa.

Crise x retomada do crescimento

Para os senadores Weverton (PDT-MA), Paulo Paim (PT-RS) e Telmário Mota (Pros-RR), o governo vende falsamente a ideia de que a aprovação da reforma da Previdência será a solução para todos os problemas do país e ressaltaram que o mesmo discurso foi adotado durante a votação da PEC do Teto de Gastos, e da Reforma trabalhista.

— Essa reforma não vai recuperar o crescimento econômico do país e, ao contrário, ela vai afundar o país. É uma grande falácia, os gastos da Previdência são menores que os gastos do pagamento do juros e amortização da dívida pública — sustentou Telmário.

Major Olímpio (PLS-SP) reconheceu que a reforma da Previdência não resolverá todos os problemas, mas avaliou que a aprovação do texto é uma sinalização importante para o mercado.

— O sentimento é positivo, nós sabemos que a reforma da Previdência não resolverá todos os problemas, mas vai ser uma sinalização, é o início de um momento em que o país está mostrando para o mundo, para o mercado econômico, para os investidores: “Acreditem no Brasil! O Brasil é viável!” — disse.

Para José Serra (PSDB-SP), a PEC 6/2019 enfrenta o principal imbróglio fiscal do país que é, em suas palavras, “o problema da Previdência”. Esperidião Amin (PP-SC) considera que a reforma da Previdência é um “remédio amargo, mas necessário”. Já Otto Alencar (PSD-BA), avaliou que a reforma deveria incluir outras fontes de financiamento para a Previdência.

Pressa

Marcos Do Val (Podemos-ES), que apresentou emendas para beneficiar policiais e agentes de segurança, defendeu mais tempo para debater a proposta. As sugestões do senador foram incluídas pelo relator na PEC paralela.

— Assim como eu te apresentei várias emendas objetivando corrigir injustiças que afetam todos os trabalhadores, vários senadores também apresentaram, pois entendem que é absolutamente necessário discutir a fundo as mudanças que a reforma da Previdência causará na vida de todos os brasileiros — apontou.

Outros senadores estão receosos de que a PEC paralela, apontada como solução para resolver pontos polêmicos que não obtiveram consenso, perca força ao tramitar desvinculada do texto principal da PEC 6/2019. Essa é a análise de Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

— Vamos assumir um compromisso quase que um cheque em branco na esperança de que os acordos sejam cumpridos — avaliou Alessandro.

Ao anunciar seu voto contrário ao projeto, Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) lamentou que

a maior parte das sugestões dos senadores não tenha sido incorporada ao texto principal.

— Eu não me permito acreditar que esta PEC paralela consiga sair do Salão Azul [Senado] para o Salão Verde [Câmara] e lá receber acolhida, aprovação. Absolutamente, e nós sabemos disso, não vamos nos enganar. Nós não temos o direito de enganar quem está em casa — disse Veneziano.

Questionamentos e destaques

Em uma tentativa de adiar a votação, o senador Weverton (PDT-MA) pediu vista pela apresentação da complementação do voto, mas a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), afirmou que complementação do relatório não é um novo parecer e indeferiu o pedido. Simone também rejeitou questão de ordem do senador Humberto Costa (PE) que apresentou um questionamento sobre o procedimento de votação da PEC paralela.

Depois de ouvir os senadores por mais de seis horas, o relator Tasso Jereissati (PSDB-CE) fez suas considerações finais e apontou as dificuldades de equilibrar o que é justo com a questão financeira do Estado.

— Eu tenho uma preocupação com o déficit fiscal porque eu entendo que o governo federal, os governos estaduais e os municípios não têm recursos suficientes para aplicar na educação, para aplicar na saúde, para aplicar na infraestrutura, já que todos os seus recursos — e é isso que está acontecendo hoje — estão sendo engolidos pelo déficit da Previdência. Defender os mais pobres, primeiramente, é defender que existam e sobrem recursos para aplicar em educação — argumentou o relator.

Rito

O texto vai passar por dois turnos de votação no Plenário do Senado, onde precisará ser aprovado por três quintos dos senadores, o que equivale a 49 votos. A expectativa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é concluir a votação da proposta até 10 de outubro.

Se for aprovado pelo Senado sem mudanças, o texto será promulgado como uma emenda à Constituição.

Fonte: Agência Senado

Mudanças acolhidas pelo relator resultam em criação de PEC Paralela da Previdência



O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), acolheu emendas, como a do senador Major Olimpio (PSL-SP), a serem incluídas na PEC Paralela, que ainda tramitará na CCJ

Fonte: Agência Senado

Especialistas O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), acolheu emendas, como a do senador Major Olimpio (PSL-SP), a serem incluídas na PEC Paralela, que ainda tramitará na CCJ Marcos Oliveira/Agência Senado <

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram de forma unânime, nesta quarta-feira (4), a criação da chamada PEC Paralela, uma Proposta de Emenda à Constituição com as mudanças acolhidas pelo relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), mas não incluídas na PEC da reforma da Previdência. Entre os principais itens dessa nova proposta, estão a inclusão de estados e

municípios nas novas regras e a garantia de salário mínimo para quem recebe pensão por morte.

Um acordo entre os líderes partidários e os 27 integrantes da CCJ para agilizar a tramitação da matéria permitiu a criação da PEC Paralela, uma forma de agilizar a aprovação da PEC 6/2019, da reforma da Previdência.

O acordo teve a participação do presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que obteve o compromisso do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para dar andamento à PEC Paralela. No Senado, o novo texto terá tramitação acelerada.

O relator da reforma da Previdência, senador

Tasso Jereissati (PSDB-CE), foi quem sugeriu a PEC Paralela, e também será o responsável pelo parecer final sobre a proposta, na própria CCJ. Ele apontou o déficit fiscal como principal motivo para apresentação do texto alternativo e tranquilizou os demais parlamentares, afirmando que a Câmara dos Deputados terá igual compromisso com o assunto.

— Nós também temos essa responsabilidade junto à Câmara, porque somos um Congresso bicameral. É impossível tentar, numa equação tão difícil como essa, equilibrar o que é justo e injusto no tocante à questão financeira e previdenciária dos estados. Estamos preservando a celeridade, sim [da tramitação], porque a cada dia que passa, o remédio que precisaremos dar será mais amargo. E eu chamaria os efeitos colaterais de cada vez mais graves — declarou.

Emendas

Tasso reconheceu a possibilidade de erros e injustiças e, por isso, mostrou-se aberto às contribuições dos demais senadores. Ele acatou emendas de última hora, que serão inseridas na PEC Paralela. Uma delas foi apresentada pelo senador Marcos do Val (Podemos-ES), incluindo a paridade e integralidade para os servidores federais ocupantes de cargos de natureza policial (Polícia Civil do Distrito Federal, Polícias Legislativas do Senado e da Câmara dos Deputados, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Agentes Prisionais e Socioeducativos federais) que ingressarem na carreira até a data da promulgação da PEC.

Polícias

Outra emenda acatada pelo relator foi apresentada pelo senador Major Olimpio (PSL-SP). Ele define que uma lei complementar específica estabelecerá os requisitos e critérios próprios para a concessão de aposentadoria e pensão dos servidores públicos que têm atribuições relacionadas à segurança pública (polícias militar, civil, federal, rodoviária federal, ferroviária federal, bombeiros, e guarda municipal), bem como atribuições desenvolvidas por agentes penitenciários e socioeducativos, ou relacionadas à manutenção da ordem pública e combate à violência, englobando também as carreiras de identificação e produção de provas de natureza

criminal. Major Olimpio estabeleceu ainda que a nova lei deverá prever aposentadorias com integralidade, inclusive nos casos da pensão por morte concedida aos dependentes, e nos casos de incapacidade permanente para o trabalho decorrente de acidente de trabalho, doenças profissionais e doenças do trabalho.

Também acatada por Tasso, emenda do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) retira da PEC 6/2019 trecho que criaria disparidades entre aposentadorias de servidores. O trecho suprimido poderia fazer com que, dentro das regras de transição da proposta, um servidor que recebe por subsídio (um servidor da Receita, por exemplo) conseguisse se aposentar mais rapidamente com o salário integral do que um servidor que recebe vencimento somado à gratificação de desempenho (um servidor do Senado, por exemplo).

Para Pacheco, da forma como está redigido, “a disparidade de critério e a insegurança jurídica geradas são evidentes”. Ele afirma ser injusto o trecho agora suprimido, pois ambos os servidores contribuem durante toda a vida laboral sobre a totalidade da remuneração.

Debate

Durante o debate na CCJ, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) considerou a PEC paralela uma solução criativa e adequada do relator. Ele disse que o texto acolhe alterações necessárias à PEC principal. E citou como item mais importante a inclusão de estados e municípios, explicando que os critérios gerais serão detalhados de acordo com a realidade de cada unidade federativa.

— Eu acredito que o senador Tasso fez do limão uma limonada. Ele foi aonde podia, no limite do esforço para fazer essa compatibilização, com as circunstâncias que lhe foram dadas — disse Anastasia.

Major Olimpio disse que a PEC Paralela tem pertinência constitucional. Ele comentou que, historicamente, outras proposições legislativas polêmicas avançaram com base no diálogo.

— O sentimento é positivo. Nós sabemos que a reforma da Previdência não resolverá todos os problemas, mas vai ser uma sinalização, o início de um momento em que o país está mostrando para o mundo, para o mercado econômico, para os investidores: acreditem no Brasil! O Brasil é viável.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) considerou indispensável que o governo e os parlamentares se empenhem para que as correções necessárias à PEC 6/2019 sejam implementadas na PEC Paralela. Ele observou que o texto principal penaliza categorias como a dos pensionistas e, por isso, defendeu o compromisso com a tramitação da proposta alternativa.

— Vamos assumir um compromisso, quase um cheque em branco, na esperança de que os acordos sejam cumpridos e de que a gente possa entregar para o cidadão um sacrifício imenso, mas minorado naquilo que foi possível fazer. E, mais ainda, para que as diversas pautas de responsabilidade e de melhoria da gestão tenham o seu avanço.

Críticas

Para o senador Fabiano Contarato (Rede-ES), o simples fato de se admitir uma PEC Paralela já é o reconhecimento de que PEC 6/2019 é injusta com os mais pobres. Para ele, também o texto alternativo sugerido por Tasso Jereissati é aquém do esperado. Mas considerou possível ainda apontar e suprimir dispositivos considerados injustos e que tenham sido ignorados pelo relator.

— Esta reforma da Previdência não terá minha digital, porque PEC paralela me faz lembrar o tipo penal descrito no artigo 171 do Código Penal: obter vantagem indevida, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: reclusão de um a cinco anos e multa. Isso, na verdade, é um estelionato legislativo, com o qual eu não quero compactuar.

Na opinião do senador Weverton (PDT-MA), os senadores deveriam ter feito mudanças no texto principal, mesmo que a matéria tivesse que voltar para análise da Câmara. Ele criticou a PEC Paralela, afirmando que a medida é uma estratégia para enrolar os trabalhadores. E adiantou que o partido votaria contra o relatório.

— Era mais do que justo e correto esta Casa manter a sua altivez e corrigir a própria PEC, o texto principal, para que voltasse à Câmara,

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

e, dentro do processo democrático, ela pudesse manter ou não as nossas correções, assim como nos é garantido fazer as correções e revisões dos textos que vêm de lá. Essa PEC Paralela, para mim, é uma ‘PEC da balela’. Na Câmara, ela não passa — declarou.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) reconheceu a necessidade da reforma da Previdência, mas disse não acreditar que a PEC Paralela trará avanços. Ele criticou a ausência, no texto, ao combate à sonegação fiscal e à tributação de lucros e dividendos, comuns fora do Brasil. Já o senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ponderou que a tramitação da PEC Paralela não terá prosseguimento, porque o texto resultará em insegurança jurídica.

— Eu não me permito acreditar que esta PEC Paralela consiga sair do Salão Azul para o Salão Verde e lá receber acolhida, aprovação. Nós sabemos disso, não vamos nos enganar.

O senador Telmário Mota (Pros-RR) lembrou que um texto alternativo também foi mencionado como solução para a reforma trabalhista de 2017, sem que a medida tenha sido efetivada.

— Eu espero que essa PEC Paralela realmente me desminta, porque, com certeza, ela não vai sair. Não acredito em PEC paralela. Ou se resolve agora ou não se resolverá amanhã.

Pedido de adiamento

O senador Humberto Costa (PT-PE) chegou a apresentar pedido para derrubar a urgência da tramitação da PEC paralela. Para ele, o argumento da necessidade de aceleração da matéria é inválido e viola a isonomia entre os parlamentares. A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), no entanto, indeferiu o requerimento. Ela informou que houve acordo entre os líderes partidários e acrescentou que há precedentes que sustentam a determinação.

Fonte: Agência Senado

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF